



A multifacetada intelectualidade medieval portuguesa

The multifarious medieval Portuguese intelligentsia
La multifacética intelectualidad medieval portuguesa

Jerry Santos Guimarães*

NORTE, Armando. *Os intelectuais em Portugal na Idade Média: o retrato das suas maiores figuras, de Santo António a Gil Vicente*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2020. 472 p.

Ao leitor cuja curiosidade o tenha trazido às páginas desta resenha, provavelmente não terá escapado a relação entre o título do mais recente livro do historiador português Armando Norte, *Os intelectuais em Portugal na Idade Média*, e o opúsculo *Os intelectuais na Idade Média*, de Jacques Le Goff (1989), publicado originalmente em 1957. Trata-se, conforme expresso pelo autor lusitano (NORTE, 2020, p. 23-24), de reconhecimento de dívida pessoal para com a obra do historiador francês em sua trajetória acadêmica, desde a graduação, e que culminou numa magistral tese de doutorado sobre os letrados e a cultura letrada em Portugal nos séculos XII e XIII (NORTE, 2013).

Os intelectuais em Portugal na Idade Média foi, desde a sua concepção, elaborado

para leitores pouco afeitos a interromper o fluxo de leitura com notas de rodapé, referências bibliográficas no corpo do texto e consultas a anexos. O produto final oferecido por Armando Norte, contudo, não é, em absoluto, superficial, e nele reconhecemos o pesquisador cujo nome tem-se tornado cada vez mais incontornável para aqueles que se interessam, por fruição ou pesquisa acadêmica – ou por ambos –, pela cultura letrada medieval portuguesa.

O primeiro desafio enfrentado por Norte diz respeito ao uso da categoria “intelectuais” para abarcar a vida e a obra de pensadores portugueses tão diversos como Santo Antônio, o papa João XXI, o cronista Fernão Lopes, o rei D. Duarte e o dramaturgo Gil Vicente. De origem recente, a palavra *intellectuel* só foi substantivada em francês no século XIX (VERGER, 1999, p. 15, nota 1). Isso não foi empecilho, porém, a que Jacques Le Goff (1989, p. 17-19), fazendo um uso consciente e controlado de

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02405217>

Resenha recebida em 28 de setembro de 2021 e aceita para publicação em 16 de março de 2022.

* Professor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Poções, BA – Brasil. E-mail: jerryguima@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7331-695X>.

algum anacronismo, se referisse como “intelectuais” aos homens que, no Ocidente medieval dos séculos XII e XIII, fizeram “do pensar e do ensinar seu pensamento uma profissão”, compreendendo basicamente os mestres e doutores de escolas de renome e das nascentes universidades europeias. Na perspectiva legoffiana, portanto, dentre os biografados por Norte, apenas Fernando Martins, canonizado como Santo Antônio de Pádua (e de Lisboa!) e Pedro Julião (ou Pedro Hispano), o mesmo que viria a ser eleito papa sob o nome de João XXI, poderiam ser classificados como “intelectuais”, já que somente eles exerceram a atividade docente em escolas e estudos gerais.

O autor resolveu tal problema através da noção de *gens de savoir*, ou “gentes do saber”, proposta por Jacques Verger (1999). Para esse historiador francês, seriam “gentes do saber”, na Europa dos séculos XIV e XV, não apenas os mestres e doutores, mas também os graduados em geral, além daqueles que tiveram de abandonar os seus estudos e mesmo pessoas que nunca passaram pelas universidades, como era o caso de boa parte dos mestres-escolas e, em regra, de advogados de cidades pequenas, escrivães, notários etc. Seriam “gentes do saber” todos aqueles que, no final da Idade Média, dominavam determinado tipo de conhecimento, num determinado nível, e que reivindicavam e obtinham reconhecimento social por suas competências fundadas em seus saberes ligados à produção escrita (VERGER, 1999, p. 13-19, 195-219). Desse modo, o leitor já é avisado por Armando Norte de saída (p. 24-29) que o conceito de “intelectual” por si

utilizado, embora tenha partido de Le Goff, foi ampliado, através da noção de “gentes do saber”, de Verger. Como tampouco a ideia de “Idade Média” empregada por Norte é rígida, estão contemplados, pois, entre os intelectuais portugueses abordados no seu livro, num arco temporal que vai do século XIII ao XVI: (1) o frei que pregou e ensinou, oralmente e por escrito, no púlpito e em escolas (Santo Antônio); (2) o papa que foi professor, médico e filósofo (João XXI); (3) o cronista que se iniciou nas letras através do ofício de notário (Fernão Lopes); (4) o rei letrado (D. Duarte); e (5) o dramaturgo que, embora tenha atuado sobretudo no século XVI, expressava-se como um homem medieval (Gil Vicente). Nas palavras de Norte: “Em suma, une-os um traço psicológico essencial, uma espécie de mínimo múltiplo comum que serve de elo a todos os homens que, na Idade Média, em Portugal, se constituíram como sujeitos deste livro: terem feito das atividades da mente um ofício; e da escrita, o seu instrumento” (p. 29).

Antes das biografias propriamente ditas, porém, na parte intitulada “Dos tempos e modos” (p. 39-190), o autor oferece-nos o necessário enquadramento econômico, social, político e cultural da época e dos lugares em que viveram os “seus” intelectuais, principiando por um olhar panorâmico sobre a Europa cristã para, em seguida, enfocar, sob os mesmos aspectos, o reino português. No capítulo 1 (p. 41-110), Norte contextualiza o surgimento e o desenvolvimento das primeiras universidades do Ocidente, com suas faculdades de artes liberais, direito, medicina e teologia, nos séculos XII e XIII. A seguir, dis-

corre sobre a *peregrinatio academica* dos intelectuais portugueses – com destaque para os estudos jurídicos em Bolonha e teológicos em Paris¹ –, as estratégias que permitiram o custeio de suas formações acadêmicas, as necessárias solidariedades no exterior, as bibliotecas de que dispunham no reino, próprias ou, mais comumente, de instituições religiosas, sua docência em Portugal e além-fronteiras e, por fim, sua produção intelectual e diplomática. Norte conclui com uma exposição das principais funções exercidas pelos letrados lusitanos – naquele momento clérigos, em sua maioria – em seu serviço à Igreja e aos reis.

O capítulo que encerra a primeira parte do livro (p. 111-190) tem como fio condutor o processo de laicização do saber ocorrido na Europa Ocidental durante a Baixa Idade Média. Com o fim da obrigatoriedade de que os escolares fossem clérigos ordenados, o mundo intelectual abriu-se, inexoravelmente, aos leigos, fossem eles nobres, burgueses ou mesmo populares de origem modesta. O autor demonstra que, se o típico intelectual europeu havia sido, nas centúrias de Duzentos e de Trezentos, basicamente um clérigo, no alvorecer da Modernidade ele já era, em Portugal e no resto da Europa, cada vez mais um cortesão.

A segunda e última parte do livro, “Grandes autores medievais” (p. 191-457), traz, enfim, as trajetórias dos intelectuais cujas vidas mereceram, segundo Norte, ser escritas e apresentadas ao público. Conforme já advertira na introdução (p. 31-32), a

lista dos pensadores portugueses escolhidos para uma abordagem biográfica comporta, como toda seleção, uma boa dose de arbitrariedade. Por que Santo Antônio e não seu contemporâneo, São Frei Gil de Santarém, por exemplo? Por que D. Duarte, e não D. Dinis, o rei poeta? Por que Fernão Lopes, e não Zurara, o cronista da expansão ultramarina? Para além das limitações impostas pelo tamanho do livro e pelo tempo estipulado para a sua composição, o autor apresenta quatro critérios que o levaram a biografar, sob a perspectiva da atuação intelectual, as vidas de Santo Antônio, do papa João XXI, do rei D. Duarte, do cronista Fernão Lopes e do dramaturgo Gil Vicente: a notória autoridade desses homens, sua dispersão cronológica pelos quatro séculos abrangidos pela obra, a diversidade dos gêneros literários por eles praticados e sua capacidade de atrair o interesse de um público vasto (p. 32).

Não nos cabe aqui fazer um resumo das biografias. Cumpre-nos apontar, em linhas gerais, como Armando Norte aborda as atividades intelectuais das personagens. Um dos pontos altos da biografia de Santo Antônio (p. 193-264), por exemplo, reside na mitigação efetuada pelo religioso português sobre as resistências de São Francisco de Assis com respeito ao saber livresco e intelectual: o resultado mais evidente da persuasão efetuada por Frei Antônio foi a sua indignação, feita pelo próprio fundador da ordem, como mestre de teologia no convento franciscano de Bolonha, importante urbe universitária. O ensino da *Sacra Pagina* pelo futuro santo oriundo de Lisboa em outras cidades onde havia estudos gerais, como Toulouse, Montpellier e Pádua,

¹ Outros estudos gerais procurados pelos escolares portugueses da época foram os de Montpellier, Toulouse, Salamanca, Palência, Pádua e, mais raramente, Oxford e Cambridge (p. 79).

parece sugerir, de acordo com Norte, uma intenção do seu biografado em recrutar letrados que pudessem replicar os ideais franciscanos (p. 210-218). O autor nota, ademais, que, em que pese a persistente popularidade de Santo Antônio enquanto milagreiro, a presença do livro como um dos elementos da sua iconografia religiosa serve de lembrete para a sua fama primitiva de grande pregador e intelectual, o que veio a ser confirmado pelo seu título de Doutor da Igreja (p. 242).

Ao tratar de Pedro Julião, conhecido em sua *peregrinatio academica* como Pedro Hispano e, por fim, como o papa João XXI, Armando Norte (p. 265-304) assinala a contradição entre o intelectual e o sumo pontífice. Formado em artes liberais no estudo geral de Paris, onde chegou a lecionar, Pedro Hispano notabilizou-se por seus comentários a obras aristotélicas, sobretudo de lógica. A *Suma de lógica*, a propósito, é o seu tratado filosófico mais conhecido, citado por Dante na *Divina comédia*, no mesmo passo em que o poeta coloca Pedro Hispano no *Paraíso* (XII, 133-135). Como explicar, pois, que na querela universitária parisiense entre a Faculdade de Artes, de um lado, defensora do livre estudo das obras redescobertas de Aristóteles, acompanhadas de comentários árabes, e a Faculdade de Teologia, do outro, ciosa de censurar as novas implicações filosóficas dos chamados “averroístas”, o papa João XXI tenha, em 1277, apoiado o lado conservador?² “A única resposta possível

a este dilema é que, na altura, [João XXI] terá considerado que os seus deveres eclesiásticos como príncipe da Cristandade se deviam sobrepor aos argumentos lógicos do intelectual, profundo conhecedor do aristotelismo”, de acordo com Norte (p. 285). Mas foi principalmente por seus tratados de medicina – faculdade na qual também se graduou – que Pedro Hispano se destacou no meio acadêmico. Ainda que de forma marginal, ele também escreveu sobre temas menos comuns, como a alquimia, a zoologia, a meteorologia e a geofísica (p. 289-304). A constatação de que João XXI foi o intelectual menos contemplado em número de páginas no livro que ora resenhamos é sobejamente compensada pelo fato de que Armando Norte (2016) dedicou, há poucos anos, um livro inteiro à biografia do único papa português.

Por sua atuação enquanto notário, sem passagem pelos bancos de alguma universidade, Fernão Lopes poderia, a princípio, ser classificado entre os “intelectuais intermediários” de que fala Jacques Verger (1999, p. 199-203). O notário português, contudo, foi muito além, já que ele se tornou, nas palavras de Oliveira Marques (1985, p. 56), uma “figura de relevo na *intelligentsia* da época”. Como bem demonstra Norte no capítulo dedicado ao cronista (p. 305-352), o talento pessoal de Fernão Lopes para com as letras – aqui entendidas em seu sentido lato – levou-o a uma inusual ascensão na corte: guarda-mor da Torre do Tombo, secretário pessoal de D. João I, D. Duarte e do infante D. Fernando, tabelião geral do reino e, finalmente, cronista-mor, tudo isso acompanhado de mercês,

² Sobre a polêmica ocorrida no seio da universidade de Paris, no decorrer do século XIII, com respeito à utilização das “novas” obras aristotélicas comentadas por letrados árabes, ver, por todos, Jacques Verger (2001, p. 283-296).

inclusive a sua nobilitação enquanto vassalo régio. A elevada qualidade literária e historiográfica das crônicas de Fernão Lopes, aspecto da sua carreira intelectual que aqui mais interessa, é fruto, principalmente, segundo Norte (p. 310-312), do seu autodidatismo, estimulado pelo seu contato com as eruditas bibliotecas régias, onde o cronista pôde compulsar autoridades clássicas e eclesiásticas que aprofundaram e lapidaram o seu nível intelectual. Concomitantemente, o livre acesso de Fernão Lopes, enquanto guarda-mor da Torre do Tombo, a documentos de chancelaria régia, em muito contribuiu para o desenvolvimento do seu pensamento crítico a respeito do ofício de historiador. Tais condições, porém, não faltaram aos seus sucessores, Zurara e Rui de Pina. O que fez de Lopes, então, nas palavras de Norte (p. 313), “um autor de relevo nos anos de Quatrocentos e, de longe, o mais capacitado e autorizado cronista português”? A resposta, em tom laudatório, vem logo a seguir: “Aquilo a que uns chamam originalidade, outros inspiração, outros ainda talento, e que alguns, mais temerários, não hesitam em adjetivar com a formulação que contém, em si, todas as outras: génio” (p. 313).

O biografado seguinte é o rei D. Duarte (p. 353-394), “cujo maior traço da sua dimensão como intelectual” foi, segundo o autor, “a sua irremediável bibliofilia” (p. 389). E assim é que tem realce nesse capítulo uma apreciação da biblioteca eduardina, cujo catálogo, formado por obras escritas em latim e em línguas ibéricas, foi disponibilizado pelo próprio *Eloquente* no seu *Livro dos conselhos*. Como é de seu feitio, Norte destriça os títulos elencados. Separando-os por gêne-

ros, o autor evidencia o interesse de D. Duarte por temas como a história, a literatura de viagens, a poesia, as novelas de cavalaria, a filosofia, a teologia, a medicina, o direito, a alquimia, a astrologia, a caça, a heráldica e a agricultura (p. 370-376). Temos aqui a ponte para a análise da produção literária de D. Duarte, uma vez que as autoridades que constavam nas estantes da sua biblioteca, em grande parte, são evocadas nos livros que saíram do seu punho³ (p. 384-394). Muita tinta já correu no meio acadêmico sobre o *corpus* eduardino. Ciente disso, é com brevidade que o historiador se debruça sobre o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, o *Livro dos conselhos* e o *Leal conselheiro*. O que os três têm em comum, como lembra Norte, é o seu acentuado caráter pedagógico e moralizante, que visava sobretudo à educação da nobreza, público primeiro dos escritos eduardinos. Mas é especialmente no *Leal conselheiro*, de acordo com o autor, que se percebe que D. Duarte, “além de rei, foi também um pensador, ou dito de outra forma – talvez mais feliz, porventura mais correta –, um filósofo que o destino quis que fosse rei” (p. 390).

O autodidatismo, assim como ocorrera com Fernão Lopes, marca também o labor intelectual do último biografado de Armando Norte, Gil Vicente (p. 395-457). A ausência de formação acadêmica não prejudicou a erudição do dramaturgo português: sua obra está recheada de referências teológicas, filosóficas, históricas, mitológicas e de ciclos

³ Ressaltamos que Norte não despreza a produção diplomática do curto reinado de D. Duarte (p. 376-383).

lendários, patentes especialmente em muitas das personagens vicentinas, exaustivamente analisadas por Norte (p. 434-455). O historiador aventa a possibilidade de que, na qualidade de funcionário protegido da Coroa⁴, Gil Vicente tenha tido livre acesso às livrarias dos monarcas, onde deve ter entrado em contato com muitas das fontes inspiradoras dos seus textos (p. 430). A comprovar a “mentalidade medieval tardia” (p. 399) do autor teatral, Norte aponta o teocentrismo, a perspectiva salvífica da história, a defesa do conservadorismo da estratificação social, o pessimismo característico do final da Idade Média e, por fim, o tom moralizante como presenças constantes no *corpus* vicentino (p. 424-428).

Armando Norte teve o cuidado de apresentar, ao final do seu livro, uma bibliografia sucinta para aqueles que desejarem se aprofundar na cultura intelectual da Idade Média. Elenca, ademais, separadamente, para cada um dos intelectuais biografados, as principais fontes e estudos, além de sua produção escrita. Sentimos falta, porém, de um índice remissivo, dada a grande quantidade de autores e temas que são evocados no decorrer das centenas de páginas do livro. Nada que deponha contra a obra, contudo.

Convém lembrar que Armando Norte é tarimbado no uso da prosopografia como importante meio para a compreensão da cultura letrada medieval portuguesa, o que ele fez com virtuosismo na sua tese. Não surpreende, pois, a acuidade com que ele apre-

senta os “seus” intelectuais. A novidade é que, ao seu *savoir-faire*, somou-se a liberdade para escrever sem as amarras das normas acadêmicas. Ganhamos todos, pesquisadores ou não. É com satisfação, pois, que saudamos a chegada dessa obra metalinguística, na qual um intelectual dialoga, com muito à-vontade e erudição, com os seus pares do passado.

Referências

- ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia – Paraíso*. 4. ed. Trad. Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2017.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2. ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Lopes, Fernão. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal*. v. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. p. 56-58.
- NORTE, Armando. *Os intelectuais em Portugal na Idade Média: o retrato das suas maiores figuras, de Santo António a Gil Vicente*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2020.
- NORTE, Armando. *João XXI: o papa português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.
- NORTE, Armando. *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. Tese (Doutorado em História Medieval) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: EDUSC, 2001.

⁴ Gil Vicente trabalhou para os reis portugueses não apenas como dramaturgo, mas também como ou- rives e produtor de espetáculos públicos, encenados em ocasiões especiais (p. 404-410).

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Trad. Carla Botto. Bauru: EDUSC, 1999.